



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

OUTUBRO

2010



MARCAS DA ENCHENTE

Perdas irreparáveis no rastro das chuvas

Magistrados e servidores tentaram, mas não conseguiram salvar parte dos processos trabalhistas das varas de Catende, Palmares e Barreiros, na Mata Sul pernambucana. Agora, o TRT da 6ª Região estuda alternativa para recuperar o que pode.

CONCURSOS

Carreiras sepultadas em troca
da estabilidade do emprego

ELEIÇÕES

As armadilhas dos empregos
temporários nos comitês

Sumário

DIRETORIA:

Presidente: Virgínia Lúcia de Sá Bahia
1º Vice: Hugo Cavalcanti Melo Filho
2º Vice: Edmilson Alves da Silva
Diretoria Cultural: Kátia Keitiane da Rocha Porter
Diretoria Legislativa: Renata Conceição Nóbrega Santos
Diretoria Social: Maria do Carmo Varejão Richlin
Secretaria: Marília Gabriela Mendes Leite de Andrade
Tesouraria: Lucas de Araújo Cavalcanti

CONSELHO FISCAL:

Titulares: Gustavo Augusto Pires de Oliveira, Ilka Eliane de Souza Tavares, José Adelmy da Silva Acioli
Suplentes: Patrícia Coelho Brandão Vieira, Nely Lapenda Pessoa de Albuquerque Azevedo, Ana Cristina da Silva Ferreira Lima

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS:

Titulares: Ibrahim Alves da Silva Filho, Aline Pimentel Gonçalves, Saulo Bosco Souza de Medeiros
Suplentes: Ivanildo da Cunha Andrade, Ana Maria Schuler Gomes, Sergio Vaisman

EXPEDIENTE:

Publicação da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região — AMATRA VI

Endereço: Avenida Agamenon Magalhães, 2656 - s/1301 - Espinheiro - Recife - PE
CEP: 52020.000 - Fone: (81) 3427.3416
www.amatra6.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Virgínia Lúcia de Sá Bahia, Edmilson Alves da Silva, Hugo Cavalcanti de Melo Filho, Kátia Keitiane da Rocha Porter, José Adelmy da Silva Accioli, Saulo Bosco de Souza Medeiros

Projeto Editorial / Textos e Edição:
Diálogo Comunicação e Marketing
dialogo@dialogocm.com.br

Jornalistas Responsáveis:
Márcia Guenes (DRT/PE 1.637)
Renata Reynaldo (DRT/PE 1.902)

Revisão: Laura Cortizo

Projeto Gráfico e Diagramação:
Bruno de Souza Leão

Foto da Capa:
Helder Tavares/DP/D.A Press

Impressão: MXM Gráfica

Editorial 03

Entrevista 04

Fábio Farias, Procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho

Capa 06

Enchentes comprometem andamento dos processos

Saúde 11

Novas tecnologias geram novas lesões

Eleições 14

Cuidados com as vagas temporárias

Comportamento 18

Hábito de trocar cartas resiste ao tempo

Turismo 20

Bonito revela seu lado menos conhecido

Literatura 22

Publicar livros está mais fácil e barato

Ideias 24

A posição dos juízes sobre assuntos da atualidade

Opinião 25

"Orquestra do trânsito procura regentes para sinfonia do caos"

Cultura 28

Charme dos LPs ainda desperta paixões

Prateleira 32

Sugestões de livros e DVDs

Data vênica 33

Súmula de Jurisprudência Nº 14 do TRT6

Comportamento 38

Concurso pode virar sinônimo de frustração

Ponto de Vista 40

Festa popular - Imagem que fica



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 22/10/2010 – EXPEDIÇÃO: 24/10/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 692/679 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 43

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Grupo de Apoio aos Tribunais – Criação691
- TJ-RS: Agravo de Instrumento – Custas – Novos valores691
- TJ-RS: Apelação – Custas e despesas postais – Novos valores690
- TRF-2ª R.: Competência territorial e em razão da matéria – Novas normas gerais689
- TRT-7ª R.: Precatórios – Suspensão temporária de requisição689

DOCTRINAS

- Alienação parental – A Lei 12.318/2010: Alguns questionamentos postos – **Laura Affonso Costa Levy**688
- As verdadeiras Constituições são escritas com o teclado da história – **Klauber Cristofen Pires**687
- O abolicionismo como utopia produtiva – **Eduardo Luiz Santos Cabette**686

ESTUDO DE CASOS

- Rescisão indireta do contrato de trabalho – Hipóteses684
- Terrenos de marinha – Taxa de ocupação – Reajuste – Desnecessidade de intimação683
- Errata681

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**681
- Abandono recíproco: custas devem ser repartidas sem honorários
- Aborto: vítimas de estupro têm direito de fazer cirurgia pelo SUS
- Abuso de poder: simples depoimento da vítima embasa denúncia
- Petição eletrônica: TST decide sobre propositura até 24hs
- Transexual: mudança de nome é permitida, mesmo sem alterar sexo
- Usina de açúcar: analista de sistemas é considerado empregado rural
- Violência: autoridades pedem cautela em casos de *bullying*

Projetos de lei680

- Anulação da multa de trânsito pela morosidade no trâmite
- Faculdade na cobrança de contribuição sindical
- Informação sobre deficiência na carteira de identidade
- Proibição do anonimato em sítios de internet
- Urgência para projetos de iniciativa popular

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 18-10 a 22-10-2010679



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 15/10/2010 – EXPEDIÇÃO: 17/10/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 678/665 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 42

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Sigilo fiscal – Normas de proteção – Regulamentação da MP 507/2010.....677

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Processo eletrônico – Divulgação de dados processuais.....675

DOCTRINAS

- Carteira de identidade: O bom uso do documento – **João Lopes**.....674
- E-mail, internet, redes sociais são essenciais? – **Patricia Peck Pinheiro**.....673
- Normas para o pedido de equiparação salarial – **Débora Fernanda Faria**.....672

ESTUDO DE CASOS

- CPF – Cancelamento e nova inscrição – Possibilidade.....671
- Valor da causa – Atuação *ex officio* do Magistrado.....669

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana.....667
- Compra de imóvel: comprador deve exigir certidões judiciais
- Custas processuais: CNJ estuda uniformização de cobrança

- Exame criminológico: realização em caso de progressão de regime
- Honorários: cláusula *quota litis* não fere ética do advogado
- ICMS: imposto de produto importado é devido a Estado destinatário
- Opção sexual: preconceito no ambiente de trabalho gera dano moral
- Sigilo fiscal: OAB diz que Medida Provisória atrapalha advocacia
- Telefonista/digitadora: empregada faz jus a intervalo de 10 minutos
- Traslado de peças: TST exige cópia do recurso de revista

Projetos de lei666

- Acesso de microempresário a programa de crédito orientado
- Aviso à contribuinte, por e-mail, para acesso a dados fiscais
- Admissão, pela CLT, da prescrição de crédito trabalhista
- Compatibilidade da prova de concurso com exigências do cargo
- Isenção de ITR para cultivo de frutas nativas
- Isenção de pagamento de ISS para serviços cartorários
- Jornada de 6 horas para motorista de ônibus

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 11-10 a 15-10-2010.....665



**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

**DOCTRINA – PARECERES – JURISPRUDÊNCIA
TRIBUNAIS DE CONTAS (DECISÕES E ORIENTAÇÕES)**

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVAS PARA TODO O BRASIL

EDITORA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DDG: 0800-775-7000 Tel.: (11) 3225-7000 Fax: (11) 3225-7001

E-mail: ndj@ndj.com.br Internet: www.ndj.com.br

R. Conselheiro Crispiniano, 344 4º andar

01037-908 São Paulo/SP

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

SISTEMA DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE METAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SAG – Um Caso de Sucesso na Administração Judiciária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Jair Eduardo Santana)	1137
DEZ ANOS DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – <i>A Experiência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</i> (Flavio C. de Toledo Jr. e Sérgio Ciquera Rossi)	1146
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (Thiago Gomes do Carmo)	1155
NATUREZA JURÍDICA DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E TRIBUTAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (Bruno Vianna Espírito Santo)	1168
SISTEMA “S” – Contrato Firmado entre Entidade e Fundação Universitária – Realização de Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Prática Docente – Improriedades Constatadas – Superveniência de Documentos Novos com Eficácia sobre a Prova Produzida – Regularidade com Ressalvas das Contas dos Responsáveis (Tribunal de Contas da União)	1187
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Concurso – Indícios de Possível Favorecimento – Irregularidades no Processo Seletivo Realizado por Empresa Responsável pelo Certame – Anulação – Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – Não-Consumação das Contratações – Não-Ocorrência de Lesão à Entidade (Tribunal de Contas da União)	1200

JURISPRUDÊNCIA

IMÓVEL PÚBLICO – Área Ocupada por Particulares – Indenização por Benfeitorias ou Acessões – Inadmissibilidade – Mera Detenção pelo Particular	1213
SERVIDÃO ADMINISTRATIVA – Servidão de Passagem – Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica e Linhas Auxiliares – Depreciação do Remanescente da Área – Avaliação de Perito Judicial – Valor Indenizatório que Não Pode Ser Considerado Demasiado	1218

Revista Bonijuris

OUTUBRO/10

ACÓRDÃOS EM DESTAQUE

Pág. XXIX

QUELÓIDE originária de **CIRURGIA PLÁSTICA** configura **CASO FORTUITO** e exclui a **RESPONSABILIDADE** do **MÉDICO** (STJ)

Constitui **TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL** o **CRÉDITO**, comprovado por **DOCUMENTO**, decorrente de **ALUGUEL** de **IMÓVEL** (TJ/RS)

DECISÃO que converte o **MANDADO INICIAL** em **EXECUTIVO** não confere **EXECUTIVIDADE** ao **DOCUMENTO** apresentado na **INICIAL** da **MONITÓRIA** (STJ)

É imprescindível a **PERÍCIA** para **COMPROVAÇÃO** da **IMPROPRIEDADE** da **MERCADORIA** para o **CONSUMO** (STJ)

EMPREGADO DOMÉSTICO que não usufruiu **FÉRIAS** tem direito a receber **PAGAMENTO EM DOBRO** (TST)

É possível **MATRÍCULA** de **ALUNO** em **ESTABELECIMENTO PÚBLICO DE ENSINO** já frequentado, desconsiderando a **REGRA** da **APROXIMAÇÃO** (STJ)

INCIDÊNCIA de **CSLL** e **CPMF** sobre **RECEITA** e **LUCRO** decorrente de **EXPORTAÇÃO** contraria **IMUNIDADE** prevista na **CONSTITUIÇÃO** (STF)

LEGISLAÇÃO

Pág. LI

Lei 12.318/10 - Disposições Sobre a Alienação Parental (Interferência na Formação Psicológica da Criança ou do Adolescente)

Lei 12.322/10 - Transformação de Agravo de Instrumento Contra Decisão que Não Admite Recurso Especial ou Extraordinário em Agravo nos Próprios Autos

DOCTRINA

21 ANOS DEPOIS E A INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO É AINDA UMA DECEPÇÃO

Luiz Fernando Flores Filho
Pág. V

ASPECTOS RELEVANTES DA PENHORA ON LINE

Inacio Gomes da Silva
Pág. XV

EC 66/10 – E AGORA?

Maria Berenice Dias
Pág. XIX

O PARADOXO DO DISCURSO RESSOCIALIZADOR

Renata Jardim da Cunha Rieger
Rafael Camparra Pinheiro
Pág. XXI

A DEFESA JUDICIAL DO CONSUMIDOR BANCÁRIO

Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira
Pág. XXII

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LIII

Da Possibilidade de Penhora do Bem de Família do Fiador - Críticas ao Projeto de Lei 6.413 de 2009
Caroline Meireles Roque
André Luiz Junqueira

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001
STF - Registro nº 34/2003
STJ - Registro nº 56/2005

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Facioli Chedid
Carlos Alberto Silveira Lenzi
Carlos Roberto Ribas Santiago
Clèmerson Merlin Clève
Edésio Franco Passos
Hélio de Melo Mosimann
Humberto D'Ávila Rufino
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
João Casillo
João Oreste Dalazen
Joel Dias Figueira Júnior
Luiz Fernando Coelho (coordenador)
Manoel Antonio Teixeira Filho
Manoel Caetano Ferreira Filho
Maximiliano Nagl Garcez
Rolf Koerner Júnior
Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
Carlos Oswaldo M. Andrade
Eduardo Cambi
Elionora Harumi Takeshiro
Geison O. Rodrigues (coordenador)
Geraldo Vaz da Silva
José Lúcio Glomb
Joseph Ernst Gardemann Filho
Luciano Augusto de Toledo Coelho
Luiz Carlos da Rocha
Luiz Salvador
Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
Paula Tiemi Toyofuku
Rafael Cessetti (pesquisador-editor)
Rogério Distéfano
Roland Hasson
Sérgio de Aragon Ferreira
Solange Roessle
Yoshihiro Miyamura

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
STF Nº 34/2003
STJ Nº 56/2005

Revista Bonijuris

ISSN 1809-3256

Qualis C – Capes

Ano XXII - Nº 563

Edição Mensal - Outubro/10

Editor

Jornalista Arnoldo Anater

(in memoriam)

Sumário**DOCTRINA**

21 Anos Depois e a Inconstitucionalidade por Omissão é Ainda uma Decepção . 05
<i>Luiz Fernando Flores Filho</i>
Aspectos Relevantes da Penhora On Line 15
<i>Inacio Gomes da Silva</i>
EC 66/10 – E Agora? 19
<i>Maria Berenice Dias</i>
O Paradoxo do Discurso Ressocializador 21
<i>Renata Jardim da Cunha Rieger</i>
<i>Rafael Camparra Pinheiro</i>
A Defesa Judicial do Consumidor Bancário 22
<i>Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira</i>

ACÓRDÃOS EM DESTAQUE

STJ: Quelóide Originária de Cirurgia Plástica Configura Caso Fortuito e Exclui a Responsabilidade do Médico 29
TJ/RS: Constitui Título Executivo Extrajudicial o Crédito, Comprovado por Documento, Decorrente de Aluguel de Imóvel 31
STJ: Decisão que Converte o Mandado Inicial em Executivo Não Confere Executividade ao Documento Apresentado na Inicial da Monitoria 32
STJ: É Imprescindível a Perícia para Comprovação da Impropriedade da Mercadoria para o Consumo 33
TST: Empregado Doméstico que Não Usufruiu Férias Tem Direito a Receber Pagamento em Dobro 35
STJ: É Possível Matrícula de Aluno em Estabelecimento Público de Ensino já Frequentado, Desconsiderando a Regra da Aproximação 37
STF: Incidência de CSLL e CPMF sobre Receita e Lucro Decorrente de Exportação Contrária Imunidade Prevista na Constituição 39

EMENTÁRIO

Civil - Comercial 41
Imobiliário 42
Processo Civil 43
Penal - Processo Penal 44
Trabalhista - Previdenciário 46
Administrativo - Constitucional 48
Tributário 49

LEGISLAÇÃO

Lei 12.318/10 - Disposições Sobre a Alienação Parental (Interferência na Formação Psicológica da Criança ou do Adolescente) 51
Lei 12.322/10 - Transformação de Agravo de Instrumento Contra Decisão que não Admite Recurso Especial ou Extraordinário em Agravo nos Próprios Autos 52

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Da Possibilidade de Penhora do Bem de Família do Fiador - Críticas ao Projeto de Lei 6.413 de 2009 53
<i>Caroline Meireles Roque</i>
<i>André Luiz Junqueira</i>

EVENTOS/NOTÍCIAS 58**COEDIÇÃO:**

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX EXII

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR

www.bonijuris.com.br

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Suporte Técnico

Fone: (41) 3019-3193 - suporte@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - juridico@bonijuris.com.br

Revista **Bonijuris**

SETEMBRO/10

ACÓRDÃOS EM DESTAQUE

Pág. XXIV

INDENIZAÇÃO decorrente de ERRO MÉDICO não afasta a IMPENHORABILIDADE do BEM DE FAMÍLIA (STJ)

É possível a INSTALAÇÃO de CÂMERA por CONDÔMINO em LADO EXTERNO de APARTAMENTO TÉRREO (TJ/PR)

Possui VALIDADE a CITAÇÃO por intermédio de CORRESPONDÊNCIA remetida para a CAIXA POSTAL se este é o único ENDEREÇO fornecido (STJ)

À CONDOTA de desencapar fio para LIGAÇÃO CLANDESTINA de ENERGIA ELÉTRICA é aplicável o PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA (STF)

APOSENTADORIA de SÓCIO não pode sofrer PENHORA para PAGAMENTO de DÍVIDA TRABALHISTA (TST)

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA não é obrigado a realizar a INSCRIÇÃO de TÉCNICO EM FARMÁCIA (TRF/3a. Reg.)

A REDUÇÃO da BASE DE CÁLCULO equivale à ISENÇÃO PARCIAL, sendo devido o ESTORNO proporcional do CRÉDITO de ICMS (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. L

Lei 12.291/10 - É Obrigatória a Manutenção de um Exemplar do Código de Defesa do Consumidor em Estabelecimento Comercial

Lei 12.303/10 - É Obrigatória a Realização do Exame Denominado Emissões Otoacústicas Evocadas em Hospital e Maternidade

Decreto 7.264/10 - Antecipação do Abono Anual ao Segurado e Dependente da Previdência Social

DOCTRINA

A CONSTITUIÇÃO E O MEIO AMBIENTE — LIMITES À UTILIZAÇÃO DE NORMAS TRIBUTÁRIAS COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE

Cláudia Maria Borges Costa Pinto
Pág. V

DA NECESSIDADE DE ADOÇÃO DA TEORIA DA ACESSORIEDADE MÁXIMA, EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO, PELOS ADEPTOS DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME: UMA QUESTÃO DE COERÊNCIA

Domingos Barroso da Costa
Daniela de Fátima Paiva
Pág. XIII

SOBRE UMA TEORIA ESTÉTICA DA JUSTIÇA

Maria Francisca Carneiro
Pág. XV

PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA PROPORCIONALIDADE: TUTELA DA DIGNIDADE DAS MULHERES

PELA LEI 11.340/06

Pedro Gonzaga Alves
Pág. XVI

EMPREGO INDIRETO — ASPECTOS TRABALHISTAS RELEVANTES

Liliana Collina Maia
Talita Camila Gonçalves Nunes
Pág. XXI

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LI

A Eficiência como Princípio Orientador da Atividade Administrativa
Amana Kauling Stringari

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001
STF - Registro nº 34/2003
STJ - Registro nº 56/2005

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Facioli Chedid
 Carlos Alberto Silveira Lenzi
 Carlos Roberto Ribas Santiago
 Clèmerson Merlin Clève
 Edésio Franco Passos
 Hélio de Melo Mosimann
 Humberto D'Ávila Rufino
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
 João Casillo
 João Oreste Dalazen
 Joel Dias Figueira Júnior
Luiz Fernando Coelho (coordenador)
 Manoel Antonio Teixeira Filho
 Manoel Caetano Ferreira Filho
 Maximiliano Nagl Garcez
 Rolf Koerner Júnior
 Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
 Carlos Oswaldo M. Andrade
 Eduardo Cambi
 Elionora Harumi Takeshiro
Geison O. Rodrigues (coordenador)
 Geraldo Vaz da Silva
 José Lúcio Glomb
 Joseph Ernst Gardemann Filho
 Luciano Augusto de Toledo Coelho
 Luiz Carlos da Rocha
 Luiz Salvador
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
 Paula Tiemi Toyofuku
Rafael Cessetti (pesquisador-editor)
 Rogério Distéfano
 Roland Hasson
 Sérgio de Aragon Ferreira
 Solange Roessle
 Yoshihiro Miyamura

Sumário**DOCTRINA**

A Constituição e o Meio Ambiente - Limites à Utilização de Normas Tributárias Como Instrumento de Intervenção sobre o Meio Ambiente	05
<i>Cláudia Maria Borges Costa Pinto</i>	
Da Necessidade de Adoção da Teoria da Acessoriedade Máxima, em Relação à Participação, pelos Adeptos do Conceito Analítico de Crime: Uma Questão de Coerência	13
<i>Domingos Barroso da Costa</i>	
<i>Daniela de Fátima Paiva</i>	
Sobre Uma Teoria Estética da Justiça	15
<i>Maria Francisca Carneiro</i>	
Princípios da Igualdade e da Proporcionalidade: Tutela da Dignidade das Mulheres pela Lei 11.340/06	16
<i>Pedro Gonzaga Alves</i>	
Emprego Indireto - Aspectos Trabalhistas Relevantes	21
<i>Liliana Collina Maia</i>	
<i>Talita Camila Gonçalves Nunes</i>	

ACÓRDÃOS EM DESTAQUE

Indenização Decorrente de Erro Médico Não Afasta a Impenhorabilidade do Bem de Família (STJ).....	24
É Possível a Instalação de Câmera por Condômino em Lado Externo de Apartamento Térreo (TJ/PR).....	28
Possui Validade a Citação por Intermédio de Correspondência Remetida para a Caixa Postal se Este é o Único Endereço Fornecido (STJ).....	30
À Conduta de Desencapar Fio para Ligação Clandestina de Energia Elétrica é Aplicável o Princípio da Insignificância (STF).....	33
Aposentadoria de Sócio Não Pode Sofrer Penhora para Pagamento de Dívida Trabalhista (TST).....	34
Conselho Regional de Farmácia Não é Obrigado a Realizar a Inscrição de Técnico em Farmácia (TRF/3a. Reg.).....	36
A Redução da Base de Cálculo Equivale à Isenção Parcial, sendo Devido o Estorno Proporcional do Crédito de ICMS (STJ).....	38

EMENTÁRIO

Civil - Comercial.....	40
Imobiliário.....	41
Processo Civil.....	42
Penal - Processo Penal.....	44
Trabalhista - Previdenciário.....	45
Administrativo - Constitucional.....	47
Tributário.....	48

LEGISLAÇÃO

Lei 12.291/10 - É Obrigatória a Manutenção de um Exemplar do Código de Defesa do Consumidor em Estabelecimento Comercial.....	50
Lei 12.303/10 - É Obrigatória a Realização do Exame Denominado Emissões Otoacústicas Evocadas em Hospital e Maternidade.....	50
Decreto 7.264/10 - Antecipação do Abono Anual ao Segurado e Dependente da Previdência Social.....	50

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

A Eficiência como Princípio Orientador da Atividade Administrativa	51
<i>Amana Kauling Stringari</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
-------------------------------	----

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
 STF Nº 34/2003
 STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
 AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
 AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.bonijuris.com.br

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Suporte Técnico

Fone: (41) 3019-3193 - suporte@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - juridico@bonijuris.com.br

Revista Bonijuris

ISSN 1809-3256

Qualis C – Capes

Ano XXII - Nº 562

Edição Mensal - Setembro/10

Editor

Jornalista Arnoldo Anater

(in memoriam)

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO RBDP



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 8	n. 30	p. 1-260	jul./set. 2010
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

A nova lei de mandado de segurança: o passado manda lembranças? José Sérgio Monte Alegre	9
Segurança jurídica positivada: interpretação, decadência e prescritebilidade Luciano Ferraz	19
1 Direito Administrativo e segurança jurídica.....	19
2 Questão de ordem: princípios e regras no Direito Administrativo.....	21
3 Lei nº 9.784/99 e princípio da segurança jurídica.....	22
4 Irretroatividade de nova interpretação da norma administrativa.....	23
5 Decadência e outras formas impeditivas da invalidação dos atos administrativos.....	25
6 Prescritebilidade das ações de ressarcimento: o art. 37, §5º da Constituição da República.....	36
Acordos na execução contra a Fazenda Pública Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara	43
1 Introdução.....	43
2 Viabilidade de acordos judiciais com a Administração Pública: inexistência de violação ao preceito da indisponibilidade do interesse público.....	44
3 A celebração de acordo para extinguir processo em fase de execução não constitui burla ao sistema de precatórios.....	49
4 Viabilidade da celebração de acordos após a promulgação da EC nº 62.....	51
5 Necessidade de lei para disciplinar os acordos.....	52
6 Conclusões.....	56
Contrato de gestão no interior da organização administrativa como contrato de autonomia Paulo Modesto	59
Considerações iniciais.....	59
1 O contrato previsto no art. 37, §8º, da Constituição.....	60
1.1 Contrato de Gestão como fato jurídico: recusa do contrato de gestão como fonte imediata de direitos e deveres.....	62
1.2 Contrato de Gestão e Administração Direta: recusa do contrato de gestão como autêntico contrato.....	65
1.3 A individualidade organizativa de unidades administrativas despersonalizadas.....	68
2 Disciplina do contrato de autonomia no anteprojeto de nova lei de organização administrativa.....	80
2.1 Contrato de autonomia.....	80
2.2 Conceito de contrato de autonomia.....	81
2.3 O contrato de autonomia como expressão de promessas cruzadas.....	84

2.4	O contrato de autonomia como ato-condição	86
2.5	O contrato de autonomia como ato complexo	87
3	Conclusão.....	89
Licitações – A nova lei para contratação de serviços de publicidade Edgar Guimarães		91
Judicialização do direito à saúde: a experiência do Estado de São Paulo na adoção de estratégias judiciais e extrajudiciais para lidar com esta realidade Juliana Yumi Yoshinaga		97
1	Introdução.....	97
2	A tensão entre a judicialização do direito à saúde e a gestão e orçamento das ações e serviços de saúde no Estado de São Paulo.....	99
3	As medidas adotadas pelo Estado de São Paulo.....	102
3.1	Parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo	104
3.2	Identificação de demandas forjadas	107
3.3	Incorporação de novos medicamentos à lista do SUS.....	110
3.4	Instrumento de trabalho dos Procuradores do Estado de São Paulo	111
3.5	Pedido administrativo	112
4	Conclusão.....	115
	Referências	116
Terceiro Setor no ordenamento jurídico brasileiro: constatações e expectativas Rita Tourinho		117
1	Conceito.....	117
2	O Terceiro Setor na evolução do Estado.....	118
3	Atividade de fomento e o Terceiro Setor	121
4	Os meios de fomento.....	123
5	Entes do Terceiro Setor no ordenamento jurídico brasileiro	124
6	Críticas à estrutura atual do Terceiro Setor.....	129
7	O Terceiro Setor na nova proposta de normas gerais sobre Administração Pública.....	135
8	Conclusão.....	137
Serviços sociais autônomos – Natureza jurídica Alice Gonzalez Borges		139
1	Entidades paraestatais	139
2	Os serviços sociais autônomos.....	140
3	As “interferências constitucionais” sobre os serviços sociais autônomos.....	142
4	Ligeiro histórico	142
5	Serviços sociais autônomos após a Constituição de 1988	144
6	Serviços sociais autônomos a partir de 1990	144
7	Duplicidade de regimes de serviços sociais autônomos	146
8	Limitações constitucionais dos serviços sociais autônomos.....	147
9	As soluções do anteprojeto	150
	Referências	152

Os conselhos de fiscalização profissional: uma trajetória em busca de sua identidade jurídica

Durval Carneiro Neto	155
1 Introdução.....	155
1.1 Prévia compreensão sobre “natureza jurídica” e “regime jurídico”	157
1.2 Distinções entre os organismos de regulação profissional	161
2 Premissas para o controle do exercício das profissões	163
2.1 Antecedentes históricos	163
2.2 Modelos de regulação profissional no Estado moderno	164
2.3 O controle profissional no direito europeu	167
3 O controle do exercício profissional no direito brasileiro	171
3.1 Tratamento constitucional e aspectos gerais	171
3.2 A diversidade de legislações e tendência descentralizadora	173
3.3 A polêmica envolvendo a OAB e o TCU na década de 1950	174
3.4 A decisão do STF no MS nº 10.272-DF em 1963	175
3.5 O advento do DL nº 200/67, o Decreto nº 60.900/67 e o Parecer nº H753/68 da CGR	176
3.6 O DL nº 968/69, o Decreto nº 74.296/74 e o Parecer nº L069/75 da CGR	177
3.7 O alcance da supervisão ministerial prevista no DL nº 968/69	178
3.8 O DL nº 2.299/86 e a extinção da supervisão ministerial sobre os Conselhos.....	179
3.9 A permanência do controle externo pelo TCU.....	180
3.10 O advento da MP nº 1.549, convertida na Lei nº 9.649, de 27.05.98	181
3.11 A decisão do STF no MS nº 22.643-9.....	181
3.12 A decisão liminar do STF na ADI nº 1.717-6	182
3.13 A decisão do STF no MS nº 21.797-9.....	183
3.14 Um controle externo diferenciado em relação aos conselhos profissionais.....	184
3.15 A reafirmação da exclusão da OAB do controle pelo TCU.....	184
3.16 A decisão do STF na ADI nº 3.026-4.....	185
3.17 A decisão do STF no MS nº 26.150/DF e a extensão dos fundamentos da ADI nº 3.026.....	187
3.18 A decisão do STF no MS nº 26.149/DF e a não extensão dos fundamentos da ADI nº 3.026	188
3.19 A localização dos conselhos profissionais fora da Administração Pública.....	189
3.20 A situação dos conselhos de fiscalização profissional após a ADI nº 3.026.....	192
3.21 O regime de pessoal nos conselhos de fiscalização das profissões	194
3.22 Iminência de nova legislação sobre organização da Administração Pública.....	200

Discriminações nos concursos públicos segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Fábio Trabold Gastaldo	207
1 Introdução.....	207
2 Método	210
3 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	211
3.1 Idade máxima e mínima.....	211
3.1.1 Idade máxima	211
3.1.2 Idade mínima	212

3.2	Altura mínima.....	213
3.3	Investigação de vida pregressa	214
3.4	Prova de aptidão física	216
3.5	Comprovação de experiência.....	216
3.6	Exames psicológicos e psicotécnicos.....	218
4	Conclusão.....	221
	Referências	223
	ANEXO A – Relação de julgados – Exames psicológicos	225

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 10	n. 41	p. 1-242	jul./set. 2010
------------------------------------------------	----------------	--------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Contratação de pessoal por tempo determinado e as empresas estatais Carlos Ari Sundfeld, André Janjácómo Rosilho	13
1 Introdução.....	13
2 Contratação de pessoal por tempo determinado	14
3 A exigência constitucional do concurso público e a contratação de pessoal por tempo determinado.....	15
4 A jurisprudência do STF sobre os casos de contratação de pessoal por tempo determinado.....	18
5 Contratação por tempo determinado e sua aplicabilidade às empresas estatais.....	23
6 Conclusão.....	27
Referências	28

Los mitos en el proceso contencioso administrativo Pablo Gallegos Fedriani	29
--------------------------------------------------------------------------------------------	----

El sistema federal y la regulación de los servicios públicos en la Argentina Santiago R. Carrillo	43
I Introducción: el escenario político	43
II El sistema federal: la autonomía como base de la unidad	45
II.1 La jurisdicción en materia de servicios públicos.....	48
II.2 La alternativa por las regiones para la regulación local.....	53
III El concepto de regulación.....	54
IV La ejecución de los servicios públicos.....	56
IV.1 El título habilitante para la prestación del servicio público.....	56
IV.2 Las tarifas	57
IV.3 El regulador: solvencia técnica y autonomía funcional	58
IV.4 La protección de los usuarios	59
IV.5 Efecto expansivo: presupuestos mínimos en la protección de los usuarios.....	59
V Conclusiones	60

Fiscalização abstrata de constitucionalidade e medida cautelar Edilson Pereira Nobre Júnior	63
1 Fiscalização de constitucionalidade e função jurisdicional (à guisa de introdução).....	63
2 A medida cautelar na experiência estrangeira.....	67

3	Antecedentes no direito brasileiro	73
4	Medida cautelar: cabimento, competência e requisitos	78
5	A medida cautelar e a sua eficácia.....	85
6	Síntese conclusiva	91
	Referências	93

Direitos fundamentais e direito ao desenvolvimento. A Conferência de Copenhague: uma nova tentativa de cooperação internacional para uma política climática eficiente

Eduardo Biacchi Gomes, Barbara Andrzejewski Massuchin	95
Introdução.....	96
1 Antecedentes históricos	97
2 A cooperação internacional para a temática ambiental e os direitos fundamentais	103
3 Panorama atual: o que a Conferência de Copenhague demonstrou e o que esperar do futuro	109
Considerações finais.....	114
Referências	115
ANEXO	117

Saídas institucionais ou a força do processo democrático na prevalência da Constituição?

Cecília de Almeida Silva, Deilton Ribeiro Brasil, Francisco Moura, José Ribas Vieira, Rodrigo Tavares, Vanice Lírio do Valle.....	123
1 Introdução.....	124
1.1 O pioneirismo norte-americano: reflexões exploratórias sobre a tensão entre legislativo e judiciário e as possíveis fontes de legitimidade da decisão.....	125
1.2 A disseminação do embate: jurisdição constitucional como característica do constitucionalismo democrático pós-1945	128
1.3 Ainda o caminho exploratório: alternativas ao palco da infundável disputa entre supremacia do legislativo ou predominância da composição judiciária	130
2 O modelo canadense do diálogo institucional: a busca de novo fundamento de legitimação	131
3 Diálogo institucional e a questão democrática ainda irresolvida	135
4 Os impasses institucionais do <i>judicial review</i> no Brasil.....	139
5 Conclusão	141
Referências	143

Os direitos sociais e a aposentadoria da Polícia Civil do Estado do Paraná

Melanie Merlin de Andrade	147
Introdução.....	147
1 Do direito fundamental à previdência social	148
1.1 Direitos fundamentais.....	148
1.2 Previdência social: direito fundamental.....	151
1.3 Proibição do retrocesso social.....	152

2	Previdência social na Constituição Federal de 1988.....	154
2.1	Princípios de proteção da previdência social	156
2.1.1	Princípio da solidariedade	157
3	Aposentadoria especial	158
3.1	Aposentadoria especial na Constituição Federal de 1988	158
3.2	A aposentadoria especial como forma de realização da dignidade da pessoa humana	162
4	Polícia Civil do Estado do Paraná: a aposentadoria especial e a realização da dignidade humana.....	165
4.1	Atividade policial	165
4.2	Histórico da aposentadoria especial do policial civil do Paraná: confusão legislativa.....	169
4.3	Realização da dignidade da pessoa humana como finalidade da aposentadoria especial da Polícia Civil: propostas principiológicas para elaboração de lei complementar	172
	Conclusão.....	176
	Referências	178

Conexão entre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais

Magno Federici Gomes, Frederico Oliveira Freitas	181	
1	Introdução.....	181
2	Os direitos fundamentais	183
3	Uma breve consideração sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações horizontais	188
4	A dignidade da pessoa humana	193
5	Relação entre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais	201
6	Considerações finais.....	203
	Referências	205

Políticas públicas e a construção do conteúdo material do direito à saúde: desafio à Administração Pública brasileira

Saulo Lindorfer Pivetta	209	
1	Introdução.....	209
2	Administração Pública na Constituição Federal de 1988	211
2.1	Configuração constitucional da Administração Pública	211
2.2	Democratização da Administração Pública	213
3	Direito fundamental à saúde	216
3.1	Noção de “saúde”.....	216
3.2	Direito à saúde na Constituição Federal de 1988	218
4	Políticas públicas e a construção do conteúdo material do direito à saúde	220
4.1	Significado de políticas públicas em direito	220
4.2	Políticas públicas como instrumento de construção do conteúdo material do direito à saúde.....	224
5	Conclusão.....	226
	Referências	228

Índice	231
Abstracts	237
Instruções para os autores	241

Revista de
**DIREITO DO
CONSUMIDOR**

Ano 19 • n. 75 • jul.-set. / 2010

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas
CLAUDIA LIMA MARQUES 9
2. Direito de acesso ao consumo
JOÃO PAULO DE CAMPOS DORINI 43
3. Tutela ressarcitória específica do consumidor
KARINA DA SILVA MAGATÃO..... 80
4. Responsabilidade civil das instituições financeiras nos danos causados a terceiros: a devolução indevida de cheques pelo Motivo 25
DANIELA VASCONCELLOS GOMES E MATHIAS FELIPE GEWEHR..... 115
5. As diversas possibilidades do consumidor superendividado no plano judiciário
CRISTINA TEREZA GAULIA..... 136
6. Conceituação de consumidor: *destinatário final* ou *uso não profissional*?
MARILSEN ANDRADE ADDARIO..... 166
7. Cláusulas abusivas em contratos de planos e de seguros de assistência privada à saúde
CRISTIANO HEINECK SCHMITT 214
8. O novo paradigma para um capitalismo de consumo
MARIA STELLA GREGORI..... 247

II. DOCTRINA DE DIREITO INTERNACIONAL

1. A ação coletiva no Quebec : réflexões sobre o *recours collectif*
PATRICIA GALINDO DA FONSECA 259
2. Le système d'échange rapide d'informations sur les produits dangereux (ou rapex) mis en place dans l'Union Européenne
FRANÇOISE MANIET 298

III. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Bolivia: el consumidor y el proveedor virtual en el comercio electrónico
ERIKA PATRICIA TINAJEROS ARCE 333

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Ano VII

Número 37

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Editores

Fábio Paixão
Rogério Rodrigues
Veruscka Diab
Walter Diab

Diretores

Ana Maria Paixão
Fábio Paixão
Luiz Antonio Paixão
Rogério Rodrigues
Tuchaua Rodrigues

Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover – Adeildo Nunes – Amadeu de Almeida Weinmann
Aury Lopes Júnior – Carlos Ernani Constantino – Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal – Cezar Roberto Bitencourt – Damásio E. de Jesus
Élcio Pinheiro de Castro – Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho
Fernando de Almeida Pedroso – Geraldo Batista de Siqueira – Haroldo Caetano da Silva
José Carlos Teixeira Giorgis – José Henrique Pierangeli – Luiz Flávio Borges D’Urso
Luiz Flávio Gomes – Marcelo Roberto Ribeiro – Maurício Kuehne – Renato Marcão
René Ariel Dotti – Ronaldo Batista Pinto – Sergio Demoro Hamilton

Colaboradores deste Volume

Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo – Carlos Roberto Mariath – Damásio de Jesus
Fernando Capez – Fernando de Almeida Pedroso – Geraldo Batista de Siqueira
Haroldo Caetano da Silva – Jeferson André Licks – Luiz Fabrício Vieira Neto
Luiz Flávio Borges D’Urso – Marina da Silva Siqueira – Plínio A. B. Gentil
Renato Marcão – Rômulo de Andrade Moreira – Sergio Demoro Hamilton

Sumário

Doutrina

1. Lei do Monitoramento Eletrônico: Avanço na Execução Penal
Luiz Flávio Borges D'Urso 5
2. Monitoramento Eletrônico de Condenado: Aspectos Gerais da Lei nº 12.258, de 15 de Junho de 2010
Fernando Capez 7
3. Extinção da Prescrição Retroativa
Damásio de Jesus 10
4. Prescrição Retroativa Residual
Fernando de Almeida Pedrosa 18
5. Conflito Negativo de Atribuições entre Membros do Ministério Público: Quem Deveria Conhecer e Decidir?
Rômulo de Andrade Moreira 21
6. O Exame Criminológico e a Equivocada Resolução nº 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia
Renato Marcão 35
7. O Exame Criminológico e a Oportuna Resolução nº 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia
Haroldo Caetano da Silva 39
8. O Novo Estupro e a Lei dos Crimes Hediondos: Problemas de Sobra
Plínio A. B. Gentil 42
9. Indulto e Pena Restritiva de Direitos: Interpretação da Norma à Luz da Política Criminal
Carlos Roberto Mariath e Luiz Fabrício Vieira Neto 49
10. Superlotação do Cárcere: um Problema para o Estado?
Bernardo Montalvão Várjão de Azevêdo 56
11. (Im)Possibilidade de Aplicação de Pena Restritiva de Direitos como Condição para a Suspensão Condicional do Processo
Jeferson André Licks 63

Em Evidência

1. O Arquivamento no Projeto de Reforma do Código de Processo Penal
Sergio Demoro Hamilton 78
2. Reforma do Código Penal: Casa de Prostituição e Estabelecimento para Exploração Sexual – Classificação Doutrinária – Crime Permanente ou Crime Habitual – Aspectos Processuais
Geraldo Batista de Siqueira e Marina da Silva Siqueira 90

ISSN 1517-6290

Revista de DIREITO PRIVADO

Ano 11 • n. 43 • jul.-set./ 2010

Coordenação

NELSON NERY JR.

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Abuso do direito
TATIANA BONATTI PERES..... 9
2. Princípios da proporcionalidade, da ponderação e da concordância prática: *semelhanças e distinções*
MICHELE ALENCAR DA CRUZ ALCÂNTARA 72
3. Anotações sobre a influência de Platão e Aristóteles nas decisões judiciais – alguns argumentos para decidir
LUCIANO AMÉRICO GALVÃO FILHO..... 94
4. Lei 12.004/2009: a recusa à submissão ao exame de DNA e um novo modelo de presunção: a presunção jurídico-legal
HUGO FIDELIS BATISTA 134
5. A eficácia externa dos contratos e a responsabilidade civil de terceiros
HUGO EVO MAGRO CORRÊA URBANO 180
6. A função social do contrato de *Hedge*
MARCOS ANTONIO MADEIRA DE MATTOS MARTINS..... 232
7. A outorga uxória na união estável
IOLANDA REGINA MONTEIRO..... 260
8. O princípio da dignidade humana e a adoção por homossexuais em união homoafetiva ou solteiros sob o paradigma do direito civil constitucional
FERNANDO DE SOUSA PINHEIRO BORGES 275

9. Considerações acerca do prêmio devido ao testamentário

LUÍS BORRELLI NETO 311

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. El estado de necesidad en la responsabilidad civil

JUAN J. BENÍTEZ CAORSI..... 321

III. PARECERES

1. Diligência e inspeção no processo administrativo: observações sobre o devido processo legal

ADA PELLEGRINI GRINOVER..... 353



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REVISTA DO FORO

Volume 125
Ano 2009.2

SUMÁRIO

ORGANIZAÇÃO DO TJPB	3
SÚMULAS DO TJPB	11
DESEMBARGADORES QUE EXERCERAM INTERINAMENTE O CARGO DE GOVERNADOR DE ESTADO	19
DOCTRINAS	19
• CIVIL: Imparcialidade e participação positiva do Juiz no processo (<i>Vanessa Andrade Dantas Liberalino da Nóbrega</i>)	21
• CRIMINAL: Assédio sexual (<i>Aluizio Bezerra</i>)	33
JURISPRUDÊNCIA CÍVEL	
• TRIBUNAL PLENO	
Agravo Interno	47
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	52
Arguição de Inconstitucionalidade	56
Incidentes de Inconstitucionalidade	62
Mandados de Segurança	78
• PRIMEIRA CÂMARA	
Agravos de Instrumento	129
Apelações Cíveis	154
Apelações Cíveis e Remessas de Ofício	196
• SEGUNDA CÂMARA	
Agravos de Instrumento	207
Apelações Cíveis	226
Apelação Cível e Recurso Adesivo	282
• TERCEIRA CÂMARA	
Agravos de Instrumento	291
Apelações Cíveis	312
Apelação Cível e Recurso Adesivo	362
• QUARTA CÂMARA	
Agravos de Instrumento	369
Apelações Cíveis	380
Remessas de Ofício e Apelações Cíveis	409

Revista Jurídica[®]

ANO 58 – SETEMBRO DE 2010 – Nº 395

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

DIRETORES

Marco Antônio Coutinho Paixão

Luiz Antônio Duarte Aiquel

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich
Antonio Janyr Dall'Agnol Jr. – Araken de Assis – Arruda Alvim
Carlos Alberto Molinaro – Cezar Roberto Bitencourt
Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustárroz – Darci Guimarães Ribeiro
Eduardo Arruda Alvim – Eduardo de Oliveira Leite – Eduardo Talamini
Ênio Santarelli Zuliani – Fátima Nancy Andrichi – Fredie Didier Junior
Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior
Ingo Wolfgang Sarlet – Jefferson Carús Guedes
J.J. Calmon de Passos (*in memoriam*) – João José Leal
José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner
José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci
Juarez Freitas – Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli
Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin
Luiz Guilherme Marinoni – Luiz Manoel Gomes Junior
Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena
Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)
Ovídio Araújo Baptista da Silva (*in memoriam*)
Paulo Luiz Netto Lôbo – Rolf Madaleno – Salo de Carvalho
Sergio Cruz Arenhart – Sérgio Gilberto Porto
Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Humberto Theodoro Júnior
(Algumas Polêmicas Surgidas Após a Divulgação do Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro)
- 43 Gelson Amaro de Souza
(Retenção de Bens de Incapazes)
- 49 Fredie Didier Junior
(A Invalidação dos Atos Processuais no Processo Civil Brasileiro)
- 79 Lorena Miranda Santos Barreiros
(Releitura do Princípio da Separação de Poderes À Luz da Concretização dos Direitos Fundamentais: Os Fluidos Limites Contemporâneos Entre as Funções Legislativa e Jurisdicional)

Doutrina Penal

- 115 Anderson Vichinkeski Teixeira
(A Torpeça Bilateral como Elemento Desconstituidor do Fato Típico no Delito de Estelionato)
- 125 Felipe Daniel Amorim Machado
(Nulidade na Oitiva de Testemunhas por Uma Interpretação Conforme o Art. 212 do CPP)

Revista de PROCESSO

Ano 35 • n. 187 • set. / 2010

Coordenação

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sob n. 11 (Portaria 8/1990); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS da 1.^a Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II, de 17.06.1992, p. 17850), da 4.^a Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38103), e da 5.^a Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997), e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Extrato de Convênio 09/2005).

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A execução contra a Fazenda Pública na Justiça do Trabalho
RODOLFO PAMPLONA FILHO E TÁRSIS SILVA DE CERQUEIRA 9
2. Cláusulas gerais processuais
FREDIE DIDIER JR. 69
3. A conciliação e a Fazenda Pública no direito brasileiro
FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES 84

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. The difficult art of legal transplants: the case of class actions
ELISABETTA SILVESTRI 99

III. DIREITO COMPARADO

1. A comparison between the writ of certiorari in the United States and the extraordinary appeal's general repercussion requisite in Brazil
VALENTINA MELLO FERREIRA PINTO 113

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Análise constitucional do julgamento liminar de improcedência
BRUNO VIANNA ESPÍRITO SANTO 141
2. A vigência aplicativa dos regimes jurisprudenciais e a regra da coisa julgada
PEDRO GERMANO DOS ANJOS 160

V. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. A função das Cortes Supremas na América Latina. História, paradigmas, modelos, contradições e perspectivas
EDUARDO OTEIZA..... 181
2. Appunti su mediazione e conciliazione
ANDREA PROTO PISANI 231

VI. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. A exigência da preliminar de repercussão geral em apartado
FLÁVIA PEREIRA RIBEIRO 239
2. Entendimento jurisprudencial acerca do efeito suspensivo dos embargos de declaração
CRISTIANE DRUVE TAVARES FAGUNDES..... 249

VII. CONFERÊNCIAS

1. A execução fiscal administrativa e o devido processo legal
FRANCISCO DE BARROS E SILVA NETO..... 275

VIII. PARECERES

1. Agência Reguladora: caso de litisconsórcio necessário unitário. Invasão da competência do TRF pelo STJ. Cabimento de Recurso Extraordinário
ADA PELLEGRINI GRINOVER 285

IX. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Tutela jurisdicional
BRUNO GARCIA REDONDO..... 319
2. Notas sobre a *litis contestatio* e a sua sobrevivência no processo civil canônico
BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES 343

Direito Público

ANO VII — Nº 34 — JUL-AGO 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 610/2009
Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 35/2008
Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2009

DIRETORES

Elton José Donato
Dalide Correa

EDITOR-CHEFE

Paulo Gustavo Gonet Branco (IDP/DF)

EDITORA-ADJUNTA

Ana Carolina Figueiró Longo (IDP/DF)

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz (PUC/MG), Ana Paula Barcellos (UFRJ/RJ), Daniel Sarmento (PUC/RJ),
Francisco Fernandes Segado (Universidade Complutense de Madrid/Espanha),
Gilmar Ferreira Mendes (IDP/DF), Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS), Inocêncio Mártires Coelho (IDP/DF),
Joaquín Brage Camazano (Universidade Europeia de Madrid/Espanha),
Lauro Gama Jr. (UFRJ/RJ), Pierdomenico Logroscino (Università degli Studi di Bari/Itália)

CORPO ADMINISTRATIVO EDITORIAL

Aderruan Rodrigues Tavares, Bruno Degrazia Mohn, Fernanda Mendonça Figueiredo,
Janete Barros, José Carvalho, Marcos Cesar Santos Vasconcelos, Micaela Dominguez Dutra,
Pedro Izidro, Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso, Rodrigo Chaves de Freitas,
Sidraque Anacleto, Taísa Viana Anchieta, Tatiana do Couto Nunes

COMITÊ TÉCNICO

Edevaldo Siqueira Gaudencio

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Andréa Gouthier, Carla de Moraes Coutinho, Eliane Romeiro Costa,
Jair Sá Marocco, Kerlay Lizane Arbos, Leonardo da Costa Couceiro,
Osvaldo Ferreira de Carvalho, Patrícia Maino Wartha, Peter Häberle

Assunto Especial

PROIBIÇÃO DE RETROCESSO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

DOCTRINAS

1. O Princípio da Proibição de Retrocesso Social no Atual Marco Jurídico-Constitucional Brasileiro
Oswaldo Ferreira de Carvalho e Eliane Romeiro Costa7
2. Do Individual ao Coletivo e do Isolamento à Abertura, Partindo do Processo Como Lócus de Participação Popular, Segundo a Principiologia Constitucional: Superação da Cegueira Ideológica
Patrícia Maino Wartha 41

Revista SÍNTESE

DIREITO DE FAMÍLIA

ANO XII — Nº 61 — AGO-SET 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA
Superior Tribunal de Justiça — Nº 46/2000

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

EDITOR

Simone Costa Saletti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Villaça Azevedo, João Baptista Villela, Priscila M. P. Correa da Fonseca,
Sergio Matheus Garcez, Sergio Resende de Barros

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Águida Arruda Barbosa, Conrado Paulino da Rosa, Denis Ricoy Bassi,
Deisemara Turatti Langoski, Eliana Riberti Nazareth, Gustavo Henrique Baptista Andrade,
Helena Maria Zanettide Azeredo Orselli, José Carlos Teixeira Giorgis,
Karyna Saraiva Leão Gaya, Maria Berenice Dias, Mario de Carvalho Camargo Neto,
Pablo Stolze Gagliano, Valdirene Laginski

Assunto Especial

MEDIAÇÃO FAMILIAR

DOCTRINAS

1. Mediação Familiar: Tendência à Subjetivação dos Direitos
Águida Arruda Barbosa 7
2. A Prática da Mediação nos Conflitos Familiares
Deisemara Turatti Langoski 12
3. A Justiça Que Tarda, Falha: a Mediação Como Nova Alternativa no
Tratamento dos Conflitos Familiares
Conrado Paulino da Rosa 30

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 900 • outubro 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

O acesso do indivíduo à “Justiça” Internacional: sobre a abertura à assinatura do Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 10 de dezembro de 2008

ANA GEMMA LÓPEZ MARTÍN..... 9

Segunda Seção

Seguro de pessoas – o prévio exame médico e o Superior Tribunal de Justiça

ADILSON JOSÉ CAMPOY E AYRTON PIMENTEL..... 31

Terceira Seção

O inadimplemento pelo descumprimento exclusivo de dever lateral advindo da boa-fé objetiva

GUSTAVO LUÍS DA CRUZ HAICAL 45

PARECER CIVIL

Equilíbrio do contrato: Os números e a vontade

JOÃO BAPTISTA VILLELA 85

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 899 • setembro 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

SUMÁRIO

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

A Constituição do Brasil vista como Plano de Administração Estratégica do Estado VIDAL SUNCIÓN INFANTE.....	9
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Segunda Seção

Direito e administração de águas no Brasil CID TOMANIK POMPEU	33
------------------------------------------------------------------------	----

Terceira Seção

A responsabilidade civil por infecção hospitalar DOMINGOS AFONSO KRIGER FILHO	65
----------------------------------------------------------------------------------------	----

ISSN 0103-703-X
www.trf1.jus.br

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Número 9 Ano 22 Setembro/2010

Editorial	15
------------------	-----------

Juramento	17
------------------	-----------

Epígrafe	19
-----------------	-----------

Ponto de Vista	21
-----------------------	-----------

Uma análise crítica sobre o garantismo penal no Brasil **21**

Jorge Hage Sobrinho

Artigos Doutrinários	27
-----------------------------	-----------

O Estatuto da Rainha Ana: estudos em comemoração dos 300 anos da primeira lei de *copyright*, **27**

Leonardo Estevam de Assis Zanini

Causas legais e supralegais de exclusão da culpabilidade, **39**

Diego Carmo de Sousa

Tópicos Jurídicos	49
--------------------------	-----------

O abusivo controle administrativo de decisões judiciais pelo Conselho da Justiça Federal – grave atentado à segurança jurídica do Estado Democrático de Direito, **49**

Souza Prudente

A atipicidade do descaminho quando há perdimento de mercadoria, **52**

Durval Carneiro Neto

Inovações Legislativas	61
-------------------------------	-----------

Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, **61**

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei 12.313, de 19 de agosto de 2010, **71**

Altera a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso dentro do presídio e atribuir competências à Defensoria Pública.

Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, **73**

Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Lei 12.322, de 9 de setembro de 2010, **75**

Transforma o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário ou especial em agravo nos próprios autos, alterando dispositivos da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

ISSN 0103-703-X
www.trf1.jus.br

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Número 8 Ano 22

Agosto/2010

Editorial	15
Juramento	17
Epígrafe	19
Ponto de Vista	21
Os maiores desafios do Estado na reforma do Código de Processo Civil Jorge Amaury Maia Nunes	
Artigos Doutrinários	27
Processo Civil contemporâneo: aspectos conceituais, constitucionalização e tutela jurisdicional efetiva, 27 Danilo Nascimento Cruz e Karine Rodrigues Piauilino Cruz	
Liquidação, execução e cumprimento da tutela coletiva referente aos direitos individuais homogêneos: uma análise a partir do direito posto e do direito projetado, 39 Roberto Luis Luchi Demo	
Tópicos Jurídicos	55
A lei penal, o projeto do novo CPP e a realidade brasileira, 55 Tourinho Filho	
Os benefícios previdenciários anteriores à Medida Provisória 1.523-9/1997 e o prazo decadencial para a revisão do ato administrativo de concessão, 62 Gabriel Brum Teixeira	
Inovações Legislativas	69
Lei 12.195, de 14 de janeiro de 2010, 69 Altera o art. 990 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal conferido ao cônjuge supérstite, quanto à nomeação do inventariante.	
Lei 12.258, de 15 de junho de 2010, 70 Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que específica.	
Lei 12.291, de 20 de julho de 2010, 72 Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.	